

CEB Geração S/A Relatório da Administração 2023





Diretoria Executiva

Pedro Cardoso de Santana Filho

Diretor-Geral

Priscila Paris Mendonça

Diretora Técnica

Brás Kleyber Borges Teodoro

Diretor Administrativo - Financeiro

Eduardo Cavalcante Lemos

Diretor de Gestão Predial da Barragem

Conselho Fiscal

Hormino de Almeida Júnior - Presidente

João Emigdio da Costa e Silva

Jorge Eduardo Barreto Brasil

CED

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, a Administração da CEB Geração S/A, gestora da

Usina Hidrelétrica Paranoá – UHE Paranoá, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB,

apresenta suas Demonstrações Financeiras, bem como o Parecer do Conselho Fiscal e Relatório da Auditoria

Independente, relativos ao exercício findo em 31/12/2023.

Em 21 de junho de 2022, a CEB Geração S/A teve publicado, no DOU, o Primeiro Termo

Aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2016 - ANEEL, celebrado com a União, pelo prazo de trinta anos,

com término em 29 de abril de 2050.

Com a prorrogação da concessão, alinhado ao fato de que os equipamentos e estruturas da

UHE Paranoá datam do início da década de 1960 e, portanto, já se encontram em estado de elevada

depreciação, vida útil comprometida, obsolescência tecnológica, risco operacional e redução na produção de

energia, é imperativo que a CEB Geração S/A realize a modernização e atualização tecnológica da Usina,

visando conferir-lhe maior produtividade, segurança, eficiência em sua capacidade de geração e atendimento

às obrigações constantes no Contrato de Concessão.

A EMPRESA

A CEB Geração S/A é Empresa Pública subsidiária integral da Companhia Energética de

Brasília. Foi criada pela Lei Distrital Nº 2.648, de 26/12/2000, e é atualmente denominada Concessionária, do

Potencial de Energia Hidráulica por meio da UHE Paranoá, destinada às Concessionárias de Serviço Público

de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme Primeiro Termo Aditivo ao

Contrato de Concessão nº 01/2016-Aneel, publicado no Diário Oficial da União em 21/06/2022.

A empresa possui capital social de R\$ 7.575.212,61 (sete milhões quinhentos e setenta e cinco

mil, duzentos e doze reais e sessenta e um centavos) dividido em 7.575.212 (sete milhões quinhentas e setenta

e cinco mil, duzentos e doze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O objeto social da empresa é a geração e comercialização da energia produzida pela Usina

Hidrelétrica Paranoá e por outros empreendimentos de geração que vier participar, praticando todos os atos

Internet: http://www.ceb.com.br

necessários à consecução de sua finalidade, podendo constituir ou participar de outras sociedades na condição

de acionista ou quotista, como meio de realizar o seu objeto social ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.

MISSÃO

Gerar energia elétrica com qualidade, de maneira sustentável, beneficiando a

sociedade e contribuindo para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

VISÃO

Até 2030 ser referência em geração de energia no Distrito Federal, buscando as

melhores práticas em gestão e sustentabilidade.

VALORES

Legalidade: Estrita obediência à lei. Nenhum resultado poderá ser considerado

bom, nenhuma gestão poderá ser reconhecida como de excelência à revelia da Lei.

Impessoalidade: Não fazer acepção de pessoas. A cortesia, a rapidez no

atendimento, a confiabilidade e o conforto são requisitos de um serviço de qualidade

e devem ser agregados a todos os clientes da empresa.

Moralidade: Pautar a gestão da CEB Geração S/A por um código moral de aceitação

pública.

Transparência: Dar publicidade e consistência aos fatos e aos dados da CEB

Geração S/A repassados aos Órgãos Fiscalizadores, Governo e Sociedade em

geral.

Efetividade: Fazer o que precisa ser feito com o máximo de qualidade ao menor custo

possível.

CONTEXTO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Durante o exercício de 2023, a CEB Geração S/A foi responsável pela Geração de Energia

Elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica Paranoá, obtendo sua receita operacional por meio de tarifa pública

(Receita Anual de Geração – RAG) homologada pela ANEEL, pela disponibilização, em regime de COTAS, da

garantia física de energia e de potência da sua usina.



DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	2023	2022
Receita Operacional Bruta	14.267	15.304
Receita Operacional Líquida	12.368	12.014
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	3.984	5.564
EBITDA	(320)	291
Lucro Líquido (Prejuízo)	2.352	4.003
Patrimônio Líquido	35.701	33.937

A receita operacional líquida da Companhia, em 2023, totalizou R\$ 12.368 mil, com aumento de 2,95% em relação ao ano de 2022. Com a renovação do Contrato de Concessão da UHE Paranoá em regime de cotas, foi adotado novo modelo de reconhecimento de Ativo, o ICPC 01 (R1) nas Demonstrações Contábeis Societárias, aplicável aos contratos de concessão público-privado, nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. As receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho.



O EBTIDA da CEB GERAÇÃO S/A, que para fins de cálculo, considera-se a soma dos tributos sobre o lucro, menos o resultado financeiro, e a somatória da depreciação e amortização, em 2023, foi de (R\$ -320 mil). A Margem Ebitda, representou um percentual negativo de 2,6%, a redução se deve pelos investimentos, registrado no resultado pelo custo de construção, do ativo de contrato, e pelo aumento das despesas e custos operacionais, visando o atendimento das obrigações estabelecidas no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

29

1.632

823

(320)



2023

2.352

(-) Outros (+) (-) Receitas (-) IRPJ/CSLL Lucro Líquido (=) EBITDA Ano (+) Despesas Financeiras Depreciações Resultados Financeiras /amortizações (RTP/RTA) 2022 4.003 27 2.181 1.561 52 3.171 291

17

3.527



O Retorno sobre Capital Próprio-ROE da CEB GERAÇÃO S/A em 2023 foi de 6,59%, representado uma queda em relação aos 11,80%, de 2022. Este indicador avalia a capacidade da empresa em gerar lucro a partir do capital dos acionistas. Os fatores que impactaram a redução da ROE em 2023, foram a diminuição do ativo de contrato no cálculo do Reajuste Tarifário Periódico (RTP) e o aumento dos custos e despesas após a renovação da concessão. A modernização da UHE - Paranoá, levará ao aumento do ROE a partir de 2024, com maiores perspectivas de longo prazo. O Cálculo é apresentado abaixo, conjuntamente com o valor do ano anterior, a título de referência:

ROE	_	Lucro Líquido
KOE	_	Patrimônio Líquido

Ano	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	ROE %
2022	4.003	33.937	11,80%
2023	2.352	35.701	6,59%

O GRAU DE ENDIVIDAMENTO da CEB GERAÇÃO S/A, conforme demonstrado abaixo, que no seu cálculo considera o passivo circulante, acrescido no exigível de longo prazo, dividido pelo ativo total, multiplicado por 100, em 2023, foi de 14,03%. Houve uma redução no grau de endividamento, conforme demonstrado no quadro abaixo, saindo de 15,50% em 2022, para 14,03% em 2023, principalmente em virtude da provisão de litígios no passivo não- circulante, com a reversão da provisão de contingência jurídica ambiental, passando em 2023, a ser classificada como chance remota.



Grau de Endividamento	2023	2022	Δ 2023/2022 - R\$	Δ 2023/2022 (%)
Ativo total	41.526	40.161	1.365	3,40%
Disponibilidades	26.513	26.253	260	0,99%
Ativo não circulante	9.841	8.420	1.421	16,88%
Passivo Circulante	2.846	2.627	219	8,34%
Passivo Exigível de Longo Prazo	2.979	3.597	-618	-17,18%
Patrimônio Líquido	35.701	33.937	1.764	5,20%

Endividamento Geral	2023	2022
Capital de Terceiros/Ativo Total	14,03%	15,50%

Do ponto de vista dos principais custos e despesas operacionais da usina, os custos operacionais em 2023 (R\$ 1.007 mil), estão representados pela energia elétrica comprada (R\$ 12 mil), pelo Custo do Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) no valor de (R\$ 986 mil) e pela contribuição à CCEE (R\$ 9 mil). Com relação ao ano anterior, este aumento no custo operacional de 63,74% foi motivado, principalmente, pelo CUSD, após um ajuste operacional junto a Neoenergia, em atendimento a regulação da ANEEL.





Os custos de material e serviços de terceiros da usina, em 2023, aumentaram em 17,71% e 27,94%, respectivamente, conforme quadro acima. Além dos reajustes contratuais legais, tiveram novas contratações como o serviço hidrológico, para controle e monitoramento do nível altimétrico do Lago Paranoá e da vazão afluente da UHE Paranoá, manutenção de geradores, manutenção do anel coletor da máquina 01 e serviço de manutenção do Sistema de notificação de massa.

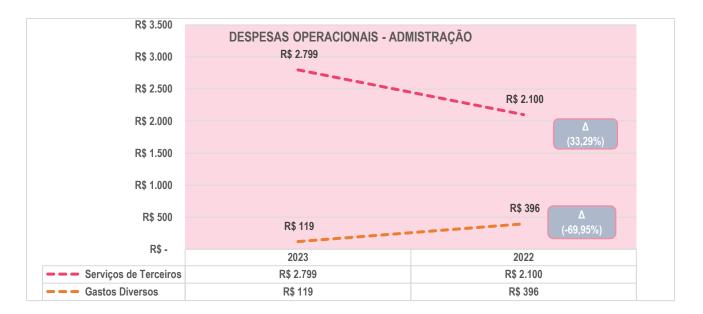
Quanto às despesas operacionais da administração, na rubrica pessoal houve aumento de 43,08% e na rubrica administração de 20,93%, em comparação ao ano anterior. A partir da prorrogação da concessão, em 2023 houve a necessidade de restruturação da força de trabalho para fazer face aos novos desafios que se apresentaram, bem como para preparar as ações programadas para os próximos exercícios, notadamente a modernização da UHE Paranoá. Na rubrica administração, nota-se o aumento motivado pela criação, pela Assembleia Geral da CEB GERAÇÃO S/A, de duas Diretorias, a Diretoria de Gestão Predial de Barragem e a Diretoria Administrativo Financeira, esta última, sem impacto econômico-financeiro para a Companhia, uma vez que é estatutariamente acumulada pelo Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia Energética de Brasília - CEB.



Em serviços de terceiros da administração, o valor de (R\$ 2.799 mil) em 2023, cujo aumento foi de 33,29% em relação ao ano anterior, em 2022 o valor foi de (R\$ 2.100 mil), foi motivado principalmente pela reestruturação de pessoal, pois na rubrica contém despesas com pessoal (emprego em comissão), e pela



contratação de consultoria sob demanda para elaboração de cadeia de valor, mapeamento e descrição de processos da CEB GERAÇÃO S/A.



Com a promulgação da Lei nº 13.303/2016 foram estabelecidos novos padrões de Governança, Riscos e Compliance da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, e seus respectivos impactos nos estatutos sociais. A realização do mapeamento e da melhoria de processos possibilitará melhor análise e gestão de Riscos na Companhia. Ademais, as outras contratações, passam por inúmeros aspectos gerenciais, buscando prevenção de falhas e soluções mais acertadas na área administrativa.

Quanto aos encargos do setor, não houve grande variação em relação ao ano anterior, conforme quadro abaixo. A taxa de fiscalização aumentou 4,65% e os Recursos Hídricos e Programa e Desenvolvimento – P&D diminuíram 2,36% e 3,97%, respectivamente. Esses encargos estão condicionados às regras da ANEEL e suas tarifas e taxas são definidas pelo referido órgão regulador.





ESTRATÉGIA E GESTÃO

A estratégia de gestão da Companhia continua com foco em resultados.

Desde 2020, a Diretoria da CEB Geração S/A adotou medidas de contenção de gastos para fazer face à redução das receitas operacionais decorrentes da alteração, pela ANEEL, do regime de exploração. Tais medidas objetivaram a preservação do fluxo de caixa da empresa, a fim de garantir a continuidade dos investimentos para manter a produção de energia da UHE Paranoá e a segurança da sua Barragem.

Em 2023, a Companhia contratou o projeto de modernização da UHE Paranoá, a fim de conferir-lhe maior produtividade, segurança e eficiência em sua capacidade de geração, bem como realizou uma nova reestruturação de pessoal para fazer face aos novos desafios impostos pela publicação da prorrogação do Contrato de Concessão da UHE Paranoá, da Lei 14.066/2020 e da Resolução ANEEL 1.064/2023 de Segurança de Barragem.

CEB

A modernização possibilitará não apenas a diminuição dos custos de operação e manutenção

da UHE Paranoá, mas, também, o incremento na sua produção anual de energia, buscando minimizar os

impactos negativos da baixa afluência que está instalada desde 2015.

Não se pode olvidar da responsabilidade da CEB GERAÇÃO S/A, de seus Administradores

e Controladores com a manutenção e segurança da Barragem Paranoá e da Usina, destacando no exercício

de 2023, as seguintes ações: contratação de empresa especializada para elaborar estudo hidrológico, com o

objetivo de fazer previsão de vazão, revisar a abertura e fechamento das comportas, melhorar a gestão da

cota do Lago Paranoá e auxiliar na programação de geração de energia; manutenção do Sistema de

Notificação em Massa; conclusão das reformas do pórtico e ponte rolante; manutenção de geradores,

manutenção do anel coletor da máquina 01, bem assim a realização da Revisão Periódica de Segurança de

Barragem, conforme previsto na Lei nº 14.066/20, na Resolução ANEEL 1.064/2023 e no Plano de Segurança

da Barragem.

Registre-se que a CEB GERAÇÃO S/A realizou todas as suas atividades empresariais com

recursos próprios, compreendendo, entre outros: manutenção e aprimoramento da Barragem, operação e

manutenção da UHE Paranoá, execução do controle efetivo da geração de energia e do volume de água no

Lago Paranoá, treinamentos, assim como suas atividades de suporte administrativo, jurídico, contábil,

econômico, financeiro, orçamentário e de suprimento, em conformidade com a legislação vigente local e

federal, destacando a busca pela melhoria contínua dos processos internos da Companhia e a capacitação

da sua equipe, visando sempre a perenidade e o equilíbrio econômico-financeiro de sua operação.

GOVERNANÇA E REQUISITOS DE TRANSPARÊNCIA

A governança da empresa, nos termos de seu Estatuto, é composta pela Assembleia Geral,

quatro Diretorias e Conselho Fiscal.

Demais estruturas e regras de governança, requisitos de transparência, gestão de risco e

controle interno são objeto de compartilhamento com a Companhia Energética de Brasília, nos termos do

Decreto nº 37.967/17, do Estatuto Social da CEB Geração S/A e da Resolução de Diretoria N° 044, de

26/12/2019.

Internet: http://www.ceb.com.br

O Decreto nº 37.967/17, art. 11, § 3°, estabelece que as subsidiárias poderão cumprir as

exigências estabelecidas por este Decreto por meio de compartilhamento de custos, estruturas, políticas e

mecanismos de divulgação com sua controladora.

O Estatuto da CEB Geração S/A, em seu art. 8°, estabelece que a Empresa atenderá o

disposto na Lei n° 13.303/2016 por compartilhamento com a Companhia Energética de Brasília, a ser firmado

mediante instrumento próprio.

Assim, por meio da Resolução nº 044, de 26/12/2019, a Diretoria da CEB-G aprovou adesão

ao compartilhamento das estruturas físicas de pessoal e documentos, disponibilizadas pela Companhia

Energética de Brasília – CEB, por meio de seu Estatuto Social e de sua Resolução de Diretoria nº 089, de

19/11/2019, detalhados a seguir: a) Comitê de Elegibilidade; b) Estrutura de Auditoria Interna; c) Estrutura de

Gestão de Riscos; d) Política de Gestão de Riscos; e) Manual de Gestão de Riscos; f) Política de Divulgação

de Informações; g) Política de Transações com Partes Relacionadas; h) Código de Conduta e Integridade; i)

Programa de Integridade; e j) demais estruturas, funções, documentos, e revisões de documentos associados

à conformidade e à integridade adotados ou que venham a ser adotados pela Companhia Energética de

Brasília.

No que se refere especificamente à Carta de Governança e Políticas Públicas, considerando

que a CEB Geração S/A não dispõe de Conselho de Administração (Lei 6.404, art. 138, § 2º, e 143), órgão

responsável por subscrever a referida Carta, optou-se pela adoção da sistemática estabelecida no artigo 9º do

Decreto nº 37.967/17, o qual cita que a empresa estatal caracterizada como companhia fechada pode cumprir

os requisitos de transparência previstos no artigo 8º da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, mediante

consolidação das informações no relatório da administração que acompanha as demonstrações financeiras

anuais.

Em dezembro de 2023 a CEB GERAÇÃO S/A foi premiada pela Controladoria-Geral do Distrito

Federal (CGDF) com a entrega do Prêmio Alto Nível – Selo Ouro, destinado a órgãos e entidades do Governo

do Distrito Federal (GDF) que atingiram a expectativa e atenderam as recomendações de auditorias realizadas

pela Controladoria, se empenhando em colocar em prática medidas para melhorar os controles internos dos

órgãos, como uma forma de combater preventivamente irregularidades e até mesmo a corrupção.

Internet: http://www.ceb.com.br

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

O Lago Paranoá é um reservatório de uso múltiplo, com desenvolvimento de vários

aproveitamentos, dentre eles: atividades de pesca amadora, geração de energia elétrica, prática de esportes

aquáticos, recreação, diluição de efluentes, captação de água, além de ser um ponto de atração turística devido

a beleza paisagística, com áreas de praias e locais para diversão em suas margens.

A Companhia é responsável pelo monitoramento e manutenção da cota do Lago Paranoá e da

vazão remanescente, conforme determinado pela ADASA, por meio de Resolução, atualizada anualmente em

dezembro. Para tanto, realiza, mediante contratação de empresa especializada, o serviço de operação,

manutenção e transmissão de dados hidrometeorológicos, por meio de 4 estações, que monitoram vazão, cota,

chuva no Lago Paranoá, nos afluentes e defluente, localizadas na tomada d'água da Usina Paranoá, jusante

da barragem Paranoá e nos afluentes Ribeirão Bananal e Ribeirão Cabeça de Veado.

Em 2023, a cota do lago foi mantida entre os valores máximo de 1.000,80(m) e mínimo de

999,80(m), e a vazão remanescente entre 700 e 1200 L/s, conforme determinado na Resolução ADASA nº 14

de 21 de dezembro de 2022. A manutenção da cota entre os valores máximo e mínimo tem influência no clima

de Brasília, principalmente, no período seco, contribuindo para melhorar os níveis de umidade relativa do ar,

bem como viabilizar o aproveitamento pelos diversos usuários. Já a manutenção da vazão remanescente visa

garantir a perenidade do rio Paranoá a jusante da Barragem, quando a UHE Paranoá não está produzindo

energia.

As visitas educativas e guiadas na UHE Paranoá são objeto de destaque no ano de 2023, com

a participação de alunos da rede pública e privada, de alunos de faculdades de ensino, de funcionários de

órgãos reguladores, da comunidade, entre outros. Durante a realização das visitas são prestadas informações

quanto ao uso racional de energia e ao seu processo de geração, transmissão e distribuição, abordando ainda

as questões relacionadas a educação ambiental, incluindo a importância da preservação das bacias

hidrográficas.

Devido a topografia da área e das instalações da UHE Paranoá, a CEB GERAÇÃO S/A sempre

disponibiliza essa região para a realização de treinamentos estratégico do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito

Federal – CBMDF.

Internet: http://www.ceb.com.br

Cabe ressaltar que a responsabilidade socioambiental da Companhia se destaca pela manutenção da cota do lago Paranoá e da vazão remanescente nos parâmetros definidos pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA, realização de visitas técnicas educativas e atendimento de todas as condicionantes ambientais constantes na Licença de Operação N° 011/2015.

RECURSOS HUMANOS

A CEB Geração S/A não possui quadro de empregados próprios. Em 2023 a equipe foi composta por 01 (um) Diretor-Geral, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor Administrativo-Financeiro e 01 (um) Diretor de Gestão Predial de Barragem, 05 (cinco) requisitados, sendo 1 (um) engenheiro, 1 (um) contador, 1 (um) auditor, 1 (um) Administrador e 1 (um) Advogado, mais 07 (sete) empregados ocupantes de Cargo em Comissão – EC (com especialidades nas áreas jurídica, financeira, contábil e de apoio técnico e administrativo) e 3 (três) membros do Conselho Fiscal.

A execução da manutenção e operação da UHE Paranoá é realizada por empresa terceirizada e especializada, contratada mediante regular processo de licitação.

Treinamento e Desenvolvimento

No exercício de 2023 foram realizados os seguintes treinamentos:

- XXXIX Encontro Nacional de Contadores do Setor de Energia Elétrica -ABRACONEE;
- Código de Conduta e Integridade FIA Proinfo;
- Legislação Anticorrupção e Lei de Improbidade Administrativa Escola de Direito Coletivo;
- Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEB CEBLic;
- Legislação Societária e de Mercado de Capitais IBEMEC;
- Política de Segurança da Informação e Política de Segurança Cibernética SGI/CEB;
- Planilhas de Terceirização de Mão de Obra, de acordo com a Lei nº 14.133/2021;
- Introdução ao Controle Interno Instituto Legislativo Brasileiro ILB;
- Orçamento Público Avançado Instituto Legislativo Brasileiro ILB;
- Brigadista Voluntária H3 Desenvolvimento Profissional;
- Curso de NR 10 Complementar SEP;





Internet: http://www.ceb.com.br

Curso Complementar – Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade – LPC/ CREA - GO;

Treinamento de Capacitação para Atividade de Trabalho em altura; - NR 35 - LPC/ CREA - GO;

Treinamento de Capacitação para Atividade de Espaço Confinado; - NR 33 - LPC/ CREA - GO;

Visitas Técnicas a outras Usinas Hidrelétricas;

Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica – SNPTEE;

Treinamento de orientações e uso correto do IPI NR 06 – Evolue;

Gestão de Riscos – Lei 13.303/2016 – IBEMEC.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia possui atualmente 01 empreendimento em operação, com uma capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 12,23 MW médio, a Usina Hidrelétrica Paranoá.

A UHE Paranoá é classificada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS como do Tipo III, cuja programação e despacho é "não centralizado", sendo, portanto, de responsabilidade da própria CEB GERAÇÃO S/A.

Contexto Econômico do Setor Elétrico

O ano de 2023 se caracterizou por diversos acontecimentos significativos no mercado de energia elétrica.

As hidrelétricas representaram, no Sistema Interligado Nacional - SIN, cerca de 70% de toda a geração verificada de energia elétrica em 2023.

As energias eólicas e solar foram as protagonistas do aumento da capacidade instalada em 2023, com a instalação de numerosos parques e centrais fotovoltaicas em todo o país, com expansão das fontes fotovoltaicas 60,2%, eólicas 32,8% e térmicas 31,2%, enquanto houve retração da geração hídrica 0,8% no período.

Neste contexto, a retração para as PCH's foi equivalente a 5,0% e consideradas as PCH's participantes do MRE e cotistas a retração foi bem mais expressiva, da ordem de 47,5%. Os geradores





Internet: http://www.ceb.com.br

hidráulicos participantes do MRE e cotistas também passaram por uma queda na geração, equivalente a 18,9%. Contudo é importante ressaltar que houve uma melhora em relação ao ano anterior e mesmo em relação aos últimos cinco anos. Sendo que o ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) ou Fator de Escalonamento de Geração (Generation Scaling Factor - GSF) foi, em média igual a 90%, variando de 104,33%, em janeiro, a 85,5% em dezembro. Diferentes estratégias de ampliação de hedge de energia foram adotadas pelas empresas do setor para mitigar riscos e impactos econômicos. A CEB GERAÇÃO S/A, por sua vez, não foi diretamente impactada dado que a totalidade dos riscos ao GSF foi repassada ao consumidor nas operações de liquidação de cotas de garantia física.

O mercado de energia passou ainda por importante variação quanto ao total de agentes e valor transacionado nos distintos ambientes de comercialização. O que se materializou em dezembro de 2023, onde o número total de agentes novos aderidos subiu 13,8% em relação a dezembro de 2022, com um total de 1.849 novos agentes. Com a proximidade da abertura do mercado para a alta tensão, o volume de migrações mensais também aumentou. O número de novos consumidores livres aumentou 114%, enquanto de consumidores especiais 0,5%, em dezembro de 2023.

Verificada a evolução da migração de carga por ramo de atividade, onde os maiores crescimentos percentuais foram registrados nos ramos de saneamento, seguido por transporte. Verificado o comportamento do consumo mensal no ano, com alta de 4,3%. O crescimento dos consumidores livres foi de 20,1% e especiais com retração de 28,5%. Por ambiente de contratação a variação ficou em 10,1% no regulado (ACR) e 9,6% no livre (ACL). Já por ramo de atividade, expurgando o efeito da migração entre os ambientes de contratação, variação com os setores de extração de minerais metálicos, comércio e serviços registrando os maiores aumentos e o setor de têxteis, químicos, veículos e minerais não-metálicos apresentando a maior queda em 2023.

O Sistema Interligado Nacional (SIN), por sua vez, registrou, em 2023, uma emissão de 38,5 kg de dióxido de carbono (CO2) a cada um MWh gerado o que, segundo dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), trata-se da menor taxa desde 2012. Tal redução, segundo o ministério de Minas e Energia, é dada pelo incremento da capacidade instalada a partir de fontes renováveis, somada ao cenário hídrico favorável e consequente redução da geração a partir de óleo diesel. Tais fatos refletem uma tendência de transição para um sistema energético mais sustentável, com maior ênfase em fontes limpas e renováveis, além de uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos e energéticos do país.



Contexto Operacional

A concessão de geração de energia elétrica relativa à Central Geradora Paranoá passou por diversos regimes de exploração ao longo do tempo: Concessionária de Serviço Público a partir de 2006,

Produtor Independente de Energia entre 2017 e 2020 e, atualmente, opera no mercado como Concessionária

de Serviço Público de Geração.

A CEB GERAÇÃO S/A é atualmente uma concessionária de serviço público de geração que

aloca por meio de cotas, a totalidade de sua garantia física às concessionárias de serviço público de distribuição

de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN, sendo remunerada por tarifa regulada pela ANEEL.

A receita oriunda da comercialização de energia pela CEB GERAÇÃO S/A é, portanto, proveniente do regime

de cotas de garantia física, com repasse ao consumidor dos riscos financeiros relacionados ao déficit de

geração hídrica no SIN.

Coube a ANEEL calcular e definir a Receita Anual de Geração_RAG a que tem direito a CEB

GERAÇÃO S/A, compreendida como uma remuneração pela disponibilização de sua garantia física ao SIN. O

valor da RAG é realizado e ajustado anualmente no mês de revisão da receita de geração dos empreendimentos

cotistas, em junho de cada ano.

No regime de Cotas de Garantia Física o recebimento da receita mensal pela CEB GERAÇÃO

S/A decorre da aplicação da tarifa calculada pela ANEEL para cada usina hidrelétrica e ocorre por meio de

Liquidação Financeira dos Contratos de Cota de Garantia Física – CCGF cujo valor total é repassado aos

geradores cotistas mensalmente, na proporção de sua garantia física. Tal operação é de competência da

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que repassa aos geradores uma receita mensal

considerando o rateio entre as concessionárias cotistas de geração.

A RAG calculada para a CEB GERAÇÃO S/A, para o ciclo de julho de 2022 a junho de 2023

foi de R\$ 12.338 mil, ou seja, o equivalente a R\$ 6.169 mil de janeiro a junho de 2023; sendo a RAG definida

em R\$ 11.921 mil para o ciclo de julho de 2023 a junho de 2024, o que equivale a R\$ 5.960 mil entre julho e

dezembro de 2023. A variação de receita bruta para o ciclo 23/24 foi, portanto, equivalente a 3,38% a menor

que a estabelecida para o ciclo anterior (22/23).

Os contratos de concessão de geração de energia elétrica no regime de cotas de garantia física

dispõem que a revisão da Receita Anual de Geração – RAG, deve ocorrer a cada ciclo de cinco anos, a contar

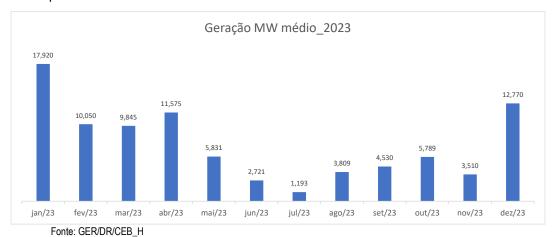
da primeira revisão da RAG, tendo ocorrido a primeira revisão no ano de 2023. Neste processo de revisão a



ANEEL identificou que os investimentos realizados pelos geradores cotistas estavam aquém do total considerado no cálculo para estabelecimento da RAG, a preços de 2017 e, visando ajustar a receita aos custos efetivos de operação definiu uma série de aprimoramentos nas regras o que levou a uma redução de 5,94% do valor total da Receita Anual de Geração no SIN.

Em se tratando da manutenção e operação, ela é realizada por empresa terceirizada, ficando a CEB GERAÇÃO S/A responsável por seu planejamento, coordenação, diretrizes, fiscalização, realização da programação de geração e aprovação do plano de manutenção, mantendo ambas as atividades dentro do padrão estabelecido para o setor pela ANEEL.

A produção de energia elétrica, em 2023, foi equivalente a 7,461MW médios apresentando inexpressiva variação em relação ao total gerado em 2022, em virtude, principalmente, da baixa vazão de afluência na respectiva bacia.



Em virtude da idade da usina, mais de 60 anos em operação, é necessário e imprescindível a realização de modernização do seu parque gerador para a garantia da qualidade da sua produção de energia elétrica, bem como atendimento ao que é demandado no Contrato de Concessão pela ANEEL. O estudo de viabilidade técnico-econômico foi aprovado no ano de 2023 e em 2024 temos a expectativa de que será licitada a obra de modernização da UHE Paranoá.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Em virtude da baixa apropriação mensal do P&D da CEB GERAÇÃO S/A, na ordem de R\$ 7 mil (R\$ 3 mil referente a ROL; R\$ 4 mil atualização financeira), com saldo acumulado da ordem de R\$ 515 mil,



a Companhia tem enfrentado dificuldades para desenvolver projetos próprios, buscando como estratégia para o próximo ano a participação em projetos desenvolvidos pelo Grupo CEB.

INVESTIMENTOS

Em 2023 foram feitos importante investimentos relacionados com a manutenção e segurança da Barragem Paranoá e produção de energia da UHE Paranoá, destacando:

	INVES1	TIMENTOS CONCLUÍDOS/ OU EM ANDAMENTO - R\$ Mil	
	Administração	Móveis e Utensílios	9
	Administração	Máquinas e Equipamentos	50
	Usina	Bomba Hidráulica	18
2024		Válvula Gaveta	10
		Motobomba	8
		Reforma da Ponte Rolante e Pórtico (concluído)	2.232
		Desenvolvimento de Projeto Modernização (em andamento)	604
	Total		2.931

No Plano de Negócios 2024/2028 da Companhia, foram previstos investimentos na modernização da UHE Paranoá, os quais possibilitarão não apenas a diminuição dos seus custos de manutenção e operação, mas, também, possibilidade de incremento na produção de energia, em cenários hidrológicos favoráveis e mitigação na produção, em cenários hidrológicos desfavoráveis.

	INVESTIMENTOS PREVISTOS - R\$ Mil	
2024	Máquinas e Equipamentos - ADM	100
2024	Modernização da Usina	8.000
2025	Modernização da Usina	10.000
2026	Modernização da Usina	9.000
2027	Modernização da Usina	6.000
2028	Modernização da Usina	1.000

Portanto, a perspectiva para os próximos 5 (cinco) anos é de capitalizar a CEB GERAÇÃO S/A para a realização da modernização/reforma da UHE Paranoá, nas seguintes etapas:





Internet: http://www.ceb.com.br

2024 - Modernização do sistema de controle, automação e proteção, dos sistemas auxiliares elétricos e mecânicos, reforma do conduto forçado e reforma civil da casa de força interna;

2025 - Modernização/reforma do gerador e da turbina do G3, modernização do transformador e subestação abrigada do G3, modernização dos reguladores de velocidade, reforma civil da casa de força externa;

2026 - Modernização/reforma do gerador e da turbina do G1, modernização do transformador e subestação abrigada do G1, modernização dos reguladores de tensão;

2027 - Modernização/reforma da turbina do G2, modernização do transformador e subestação abrigada do G2, reforma e modernização das comportas, reforma civil do vertedouro;

2028 – Reforma civil da subestação externa.

AUDITORES INDEPENDENTES E DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS

Em conformidade com a legislação aplicável (Instrução CVM nº 381) a Companhia declara que mantém contrato com a Mazars Auditores Independentes, firmado em 18/01/2023, para prestação de serviços de auditoria independente de suas demonstrações contábeis Societária e Regulatória do exercício de 2023. Quanto a contratação de auditoria, a Companhia segue princípios para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

AGRADECIMENTOS

A Companhia Energética de Brasília – CEB, aos cidadãos do Distrito Federal, aos clientes e aos fornecedores nosso reconhecimento pela parceria respeitosa e dinâmica construída ao longo da existência da Companhia, que tanto contribuiu para o alcance dos resultados apurados em toda cadeia de produção. Em especial, a empresa agradece aos seus colaboradores, pelo empenho e dedicação determinantes para o atingimento dos objetivos da empresa.

A ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022



Conteúdo

Relate	ório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balan	nço patrimonial	4
Demo	onstração dos resultados	5
Demo	onstração dos resultados abrangentes	6
Demo	onstração das mutações do patrimônio líquido	7
	onstração dos fluxos de caixa indireto	
Demo	onstração do valor adicionado	9
Notas	s explicativas às demonstrações financeiras	
1	Contexto operacional	
2	Base de elaboração das demonstrações financeiras	11
3	Práticas contábeis	12
4	Caixa e equivalentes de caixa	18
5	Concessionárias e permissionárias	18
6	Ativo de contrato	19
7	Imobilizado	20
8	Fornecedores	21
9	Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	21
10	Provisão para contingências	21
11	Dividendos a pagar	22
12	Encargos setoriais	22
13	Partes relacionadas	23
14	Tributos diferidos	23
15	Patrimônio líquido	23
16	Receita líquida	24
17	Custos e despesas operacionais	25
18	Resultado financeiro	26
19	Imposto de renda e Contribuição social	26
20	Instrumentos financeiros e gestão de risco	27
21	Aspectos ambientais	29
22	Seguros da Companhia	29
23	Eventos Subsequentes	29



Mazars Auditores Independentes Rua da Candelária, 60, 8º andar Centro, Rio de Janeiro

Tel.: (21) 3233-4700 www.mazars.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **CEB Geração S.A**Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CEB Geração S.A** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **CEB Geração S.A** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício comparativo

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios sem modificação, com data de 31 de março de 2023.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse



Mazars Auditores Independentes Rua da Candelária, 60, 8º andar Centro, Rio de Janeiro

Tel.: (21) 3233-4700 www.mazars.com.br

Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas em nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2024.

Mazars Auditores Independentes – Sociedade Simples Ltda. CRC nº 2SP023701/O-8 "F" RJ

-DocuSigned by:

Tiago de Sá Barreto Bezerra -155035510203430

Tiago de Sá Barreto Bezerra Contador CRC 1 CE 024436/O-5

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.513	26.253
Concessionárias e permissionárias	5	1.083	1.160
Ativo de contrato	6	4.088	4.250
Outros ativos circulantes		1	78
		31.685	31.741
Ativo Não Circulante			
Depósitos judiciais e cauções		84	59
Ativo de contrato	6	9.498	8.116
Bens e atividades não vinculadas		42	58
Imobilizado	7	217	187
		9.841	8.420
Total do Ativo		41.526	40.161
PASSIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante			
Fornecedores	8	1.453	587
Obrigações sociais e trabalhistas	9	245	205
Benefício pós-emprego		15	1
Tributos a pagar	9	143	89
Impostos sobre a renda a pagar	9	189	157
Dividendos a pagar	11	588	1.242
Encargos setoriais	12	94	183
Outros passivos circulantes		16	44
Partes relacionadas	13	103	119
		2.846	2.627
Passivo Não Circulante			
Provisão para litígios	10	122	1.346
Encargos setoriais	12	515	463
Tributos diferidos	14	2.342	1.788
		2.979	3.597
Patrimônio Líquido	15		
Capital social		7.575	7.575
Reservas de lucros		28.126	26.362
		35.701	33.937
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		41.526	40.161

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

Demonstração dos resultados Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	16	12.368	12.014
Custo de construção	17	(2.457)	(2.616)
Custos operacionais	17	(3.999)	(4.031)
Lucro operacional bruto		5.912	5.367
Despesas operacionais	17	(6.268)	(5.103)
Receitas operacionais		7	-
Outros resultados		823	2.181
Resultado antes do resultado financeiro		474	2.445
Resultado financeiro	18	3.510	3.119
Resultado antes dos tributos		3.984	5.564
Imposto de renda e contribuição social	19/		
Contribuição Social Corrente		(338)	(235)
Imposto de Renda Corrente		(782)	(493)
Contribuição Social Diferida		(139)	(228)
Imposto de Renda Diferido		(373)	(605)
Lucro líquido do exercício		2.352	4.003
Lucro básico por ação		0,31	0,53

Demonstração dos resultados abrangentes Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	2.352	4.003
Outros resultados abrangentes		
Resultado Abrangente do Exercício	2.352	4.003

Demonstração dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Reservas de lucros				Lucros	Resultado	Patrimônio	
_	Social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Reserva de Investimento	Reserva Especial	à disposição	do exercício	Líquido Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.575	1.515	783	10.411	6.971	3.922		31.177
Transferência para reserva especial	-	-	-	-	3.922	(3.922)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-		-	4.003	4.003
Dividendos propostos pela Administração	-	-	-	-	,	-	(1.242)	(1.242)
Lucros a disposição da AGO	-	-	-	- //	-	2.761	(2.761)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.575	1.515	783	10.411	10.892	2.761		33.937
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.761	(2.761)	2.352	2.352
Dividendos propostos pela Administração	-	-	-		-	-	(588)	(588)
Lucros a disposição da AGO	-	-	-	<u>-</u>	-	1.764	(1.764)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.575	1.515	783	10.411	13.653	1.764		35.701

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Itens do resultado que não afetam o caixa		
Resultado do período	2.352	4.003
Amortização/Depreciação/Baixas	46	43
Tributos Diferidos	554	934
Provisão de IRPJ/CSLL	1.120	(810)
Aumento/(Redução) Provisão para litígios	(1.224)	130
Remuneração do ativo contratual e receita de construção	(4.453)	(4.428)
Lucro ajustado aos itens do resultado que não afetam o caixa	(1.605)	(128)
Variações Patrimoniais		
(Aumento)/Redução Concessionários e permissionários	77	(61)
(Aumento)/Redução Ativo Contratual	5.690	4.380
(Aumento)/Redução Depósitos Judiciais e Cauções	(25)	(42)
(Aumento)/Redução Outros Ativos Circulantes	76	(75)
Aumento/(Redução) Fornecedores	866	267
Aumento/(Redução) Obrigações Sociais e Trabalhistas	40	50
Aumento/(Redução) Benefício pós-emprego	14	(14)
Aumento/(Redução) Tributos - Outros	(103)	(22)
Aumento/(Redução) Encargos Setoriais	(37)	188
Aumento/(Redução) Outros passivos circulantes	(28)	16
Aumento/(Redução) Partes Relacionadas	(16)	61
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	4.949	4.620
Pagamento de IRPJ/CSLL	(931)	838
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	4.018	5.458
Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado	(59)	(21)
Custo de construção	(2.457)	(2.616)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(2.516)	(2.637)
Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(1.242)	(1.023)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(1.242)	(1.023)
Aumento do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	260	1.798
Saldo de caixa no final do exercício	26.513	26.253
Saldo de caixa no início do exercício	26.253	24.455
Aumento do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	260	1.798

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
1. Receitas		
Receita de Remuneração	1.496	1.280
Receita de O&M	8.969	8.691
Receita de Construção	2.957	3.148
Outras Receitas	845	2.185
	14.267	15.304
2. Insumos adquiridos de terceiros		
Insumos adquiridos de terceiros	(9.287)	(7.956)
3. Valor Adicionado Bruto	4.980	7.348
4. Retenções		
Depreciação Imobilizado	(29)	(43)
5. Valor Adicionado Líquido	4.951	7.305
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas Financeiras	3.527	3.172
7. Valor Adicionado a Distribuir	8.478	10.477
8. Distribuição do Valor Adicionado	8.478	10.477
8.1. Empregados	3.012	3.061
8.2. Impostos, Taxa, Contribuições e Encargos Setoriais	3.097	3.095
8.3. Remuneração de Capitais de Terceiros	17	318
8.4. Remuneração de Capitais Próprios	2.352	4.003

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A CEB Geração S/A ("Companhia"), cuja criação foi autorizada pela Lei Distrital nº. 2.648, de 26/12/2000, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB, regida pela Lei 6.404/76.

Em 12/01/2006 foi formalizada a desverticalização da CEB, de acordo com as disposições da Resolução Autorizativa ANEEL n. º 318, de 14/09/2005, na qual foi dada autonomia e independência à CEB Geração S/A, que tem por objeto a geração e a comercialização de energia da Usina Hidrelétrica Paranoá.

Em 10/06/2022 foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2016-ANEEL, nos termos do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, celebrado entre a União e a CEB Geração S/A, pelo prazo de trinta anos, contado a partir de 30 de abril de 2020, com término em 29 de abril de 2050.

1.1 A Concessão

A concessão de geração de energia elétrica relativa à Central Geradora Paranoá passou por diversas alterações ao longo do tempo, de 1969 até os dias atuais, sendo Concessionária de Serviço Público, Produtor Independente de Energia, Prestador de Serviço de Geração de Energia e atualmente Concessionária de Geração de Energia Elétrica.

A CEB Geração S/A, em dezembro de 2016, celebrou o Contrato de Concessão nº 001/2016-ANEEL, na qual passa a ser denominada Concessionária de Uso de Bem Público para geração de energia elétrica sob o regime de Produtor Independente de Energia Elétrica. Seu objeto era a regularização da exploração da Pequena Central Hidrelétrica Paranoá, com 30.000 kW de potência instalada e Termo Final da Concessão em 29/04/2020.

Em 24/04/2020 foi publicada, no Diário Oficial da União, a Portaria Nº 190 do MME, que designa a CEB Geração S/A como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica denominada Usina Hidrelétrica Paranoá, com vistas a garantir a continuidade do serviço. Nesse novo cenário, a CEB Geração S/A passou a atuar no mercado de energia com tarifa regulada.

Em 10/06/2022 foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2016-Aneel, para Geração de Energia Elétrica destinada às Concessionárias de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, que celebram a União e a CEB Geração S/A, publicado no Diário Oficial da União em 21/06/2022.

Em 18/07/2023 a ANEEL definiu, por meio da Resolução Homologatória nº 3.225, o valor da Receita Anual de Geração (RAG) das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024. O valor anual aprovado para a CEB Geração S/A foi de R\$ 11.921, que representa uma redução de 3,38% em relação à receita homologada em 2022 no valor de R\$ 12.338.

2 Base de elaboração das informações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em aderência nas normas emitidas pelo *International Financial Reporting Standards* - IFRS. No caso específico destas informações foi adotado o IAS – *International Accounting Standards* nº 34, que reflete o pronunciamento técnico emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 26 (R1) que trata da apresentação das demonstrações.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA nos termos da CPC 09, como parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, que são reconhecidas prospectivamente.

Os julgamentos e as estimativas principais efetuadas pela Administração, durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas informações contábeis, são os relativos ao Ativo Contratual (concessão).

2.4 Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 29 de fevereiro de 2024.

3 Práticas contábeis

3.1 Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Com base na análise individual do contrato de concessão da UHE Paranoá, a Companhia concluiu que esta interpretação é aplicável ao respectivo contrato.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao poder concedente que são:

<u>Modelo do ativo financeiro:</u> este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

da infraestrutura da concessão:

<u>Modelo do ativo intangível:</u> este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço (demanda); ou

<u>Modelo bifurcado:</u> este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pela concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A UHE Paranoá é remunerada por meio: (I) da Receita Anual de Geração (RAG), instituída pelo Poder Concedente e cobrada das distribuidoras, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de geração) e por outra parcela que remunera a operação e a manutenção da usina hidrelétrica e (II) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais destes instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Caixa e equivalentes de caixa", "Concessionárias e permissionárias", "Outras contas a receber" e "Ativo de Contrato".

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendia a seguinte conta: "Aplicações financeiras".

Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam "Fornecedores".

3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

As contas Caixa e Equivalentes de Caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

3.4 Concessionárias e Permissionárias

Incluem a geração da energia elétrica faturada, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e renegociação de dívidas, quando aplicável.

3.5 Imobilizado

Ativo imobilizado - Administração Central

Bens e Instalações

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

Os bens e direitos em função da Administração Central são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro – UC, e Unidade de Adição e Retirada – UAR, por Ordem de Imobilização – ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015, que estabelece as taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço das concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor elétrico, conforme tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE (Vide nota explicativa nº 7).

Ativo imobilizado em curso - AIC

Bens e instalações em formação ou construção.

3.6 Ativo de Contrato

Os ativos da infraestrutura de geração (UHE Paranoá) que são remunerados via Receita Anual de Geração (RAG) pelo regime de cotas de garantia física são classificados como Ativos de Contrato (CPC 47), considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das usinas, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura. Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber), considerando que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo, efetivamente quando a RAG mensal é faturada. Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção.

As margens alocadas às obrigações de performance de construção e melhoria (C&M), e de operação e manutenção (O&M) da infraestrutura, foram definidas com base em uma margem líquida (WACC regulatório) acrescida de mark-up de tributos incidentes sobre a receita bruta.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de geração, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão foi estabelecida após a alocação das margens de lucro de C&M e O&M e de todos os inputs necessários reais e previstos para todo o contrato.

Nas alterações da tarifa por ocasião das Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) e dos Reajustes Tarifários Anuais (RTA), o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAG futuras pela taxa implícita identificada originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de geração, representada pela Receita Anual de Geração (RAG), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço que geram fluxo de caixa adicional são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

Dessa forma, os valores a serem recebidos são subordinados às regras regulatórias aplicáveis ao processo tarifário, sujeitando-se, inclusive aos mecanismos de controle de eficiência. Nesse contexto, o recebimento da contraprestação está atrelado à obrigação de performance de operação e manutenção, configurando-se, assim, como ativo de contrato, sendo reclassificada para o ativo financeiro somente após o despacho autorizativo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAG ao longo de todo o prazo da concessão.

3.7 Plano previdenciário a empregados

Em 27 de setembro de 2022 foi elaborada a Resolução de Diretoria N° 138 da CEB, que Rerratificou a Resolução de Diretoria n° 128, de 12.09.2022 e autorizou a celebração de Convênio de Adesão entre a Companhia Energética de Brasília - CEB e a Fundação de Previdência Complementar – FUNDIAGUA, com anuência da CAESB, objetivando constituir a CEB como única patrocinadora e representante das empresas do Grupo CEB, no plano de Previdência Complementar da Fundiágua, na modalidade de Contribuição Definida.

Em 18 de outubro de 2022, foi assinado o Convênio de Adesão ao Plano III (Previdência) e do Acordo de Gestão do Programa de Assistência à Saúde, firmado entre a Companhia Energética de Brasília – CEB e a FUNDIAGUA para adesão aos planos de saúde e odontológico.

3.8 Lucro por ação

É determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data das demonstrações financeiras.

3.9 Dividendos

A Companhia registra como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do seu lucro líquido, conforme determina a legislação. De acordo com as práticas contábeis brasileiras, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado e ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas Demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no Patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto.

3.10 Encargos financeiros

Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014, e na Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011, os juros, variações monetárias e encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão apropriados às ordens em curso como custo.

3.11 Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas relacionadas ao ativo de contrato são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem a:

Receita de construção: corresponde à obrigação de desempenho de construir e melhorar a infraestrutura de geração, sendo reconhecida de acordo com a satisfação da obrigação de performance ao longo do tempo (fase de construção) e mensuradas com base no custo incorrido (método de insumo) somado à margem de rentabilidade do projeto:

Receita de operação e manutenção: correspondente à obrigação de performance prevista nos contratos relativas à operação e manutenção da infraestrutura. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAG efetivamente permitida para cobrança; e

Receita de remuneração sobre o ativo de contrato: relativa ao componente financeiro, reconhecida pelo custo amortizado com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros.

Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao suprimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base na RAG definida para o ciclo. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

3.12 Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando a sistemática de lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%.

Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os valores apurados estão demonstrados conforme nota nº 19.

3.13 Adoção de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC novas e revisadas

As seguintes normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 e os impactos para a Companhia foram os seguintes:

a) IFRS 17 - Contrato de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma não é aplicável no contexto operacional da Companhia.

b) Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

c) Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia.

d) Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato

As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados por aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB de curto prazo. O valor desses instrumentos, reconhecidos nestas informações contábeis se aproxima ao de valor de mercado, mediante comparação de taxas de juros contratuais com as taxas de juros prevalecentes no mercado em operações similares na data e estão compostas como se segue:

31/12/2023	31/12/2022
5	1
26.508	26.252
26.513	26.253
	5 26.508

Vale ressaltar que após negociações entre o grupo CEB e Banco BRB foram concedidas taxas de rendimento de 102% do CDI em 31/12/2023 e 31/12/2022, estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

5 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2023	31/12/2022
Suprimento de Energia	1.073	1.149
Energia de Curto Prazo	10	11
	1.083	1.160

O valor a receber de Suprimento de Energia refere-se a provisão de venda de energia no mês corrente.

A RAG remunera os investimentos na UHE Paranoá e os serviços de Operação e Manutenção. Os

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Contas a Receber e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Em 31/12/2023 e 31/12/2022 nenhuma provisão de perda foi constituída em função de não haver faturas vencidas.

6 Ativo de contrato

Em conformidade ao IFRS 15 / CPC 47 — Receita de Contrato com Cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho de construção, operação e manutenção, são classificados como ativos de contrato. Considera-se que a infraestrutura disponibilizada ao serviço da concessão está sujeita ao cumprimento das obrigações de desempenho para fazer jus à contraprestação esperada, no caso à Receita Anual de Geração (RAG), e não somente à passagem do tempo. Os saldos do Ativo de Contrato em 31 de dezembro de 2023 são compostos pelos seguintes valores:

Contrato	Descrição	Rubrica	31/12/2023	31/12/2022
CC 001/2016	UHE Paranoá	Circulante	4.088	4.250
		Não Circulante	9.498	8.116
			13.586	12.366

A movimentação do Ativo de Contrato está apresentada abaixo:

				Serviços de			
Contrato	Descrição	31/12/2022	Receita financeira do contrato	construção ou de melhoria	Amortização do contrato (RAG)	Outras adições e baixas	31/12/2023
CC 001/2016	UHE Paranoá	12.366	1.496	2.957	(4.088)	855	13.586
		12.366	1.496	2.957	(4.088)	855	13.586

Os contratos de concessão estão sujeitos à alteração do preço a cada Revisão Tarifária Periódica (RTP), a qual ocorre a cada cinco anos, e, em cada Reajuste Tarifário Anual (RTA). A RTP/RTA pode ter por objetivo:

- a) Úma modificação na estrutura dos investimentos realizados (RTP);
- b) Uma alteração no fluxo de caixa previsto para O&M (RTP);
- c) Uma alteração na taxa de remuneração do capital (RTP);
- d) Ajustes financeiros diversos dos itens que compõem a RAG (RTA); ou
- e) Apenas a correção pelo índice de inflação do contrato (RTA);

Para cada tipo de alteração de RTP apresentará um efeito distinto para reconhecimento no resultado:

 a) A RTP que enseje uma modificação na estrutura dos investimentos (base regulatória) ou de alteração da taxa de remuneração, deve ser reconhecido tempestivamente como ajuste no resultado (nova medição – "fresh-start");

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

b) A RTP/RTA que enseje uma modificação no fluxo de caixa previsto para O&M vai requerer o reconhecimento no resultado por competência, isto é, na medida em que ocorrerem, aplicandose a essas variações o mesmo tratamento contábil utilizado para o registro do efeito da inflação projetada para o fluxo de caixa, em comparação com a inflação realizada em cada período.

A remuneração contratual é feita pela "taxa implícita remanescente do ativo" ("goalseek"), após a alocação (precificação) das margens de Construção e Melhoria — C&M (20,33%) e Operação e Manutenção - O&M (20,33%) da concessão. As estimativas não podem ficar fora do padrão de mercado. Ademais, a norma estabelece que as concessionárias dispõem de todos os inputs necessários para o cálculo da taxa implícita do ativo de contrato, estabelecendo também que após o início do contrato, a entidade não deve atualizar a taxa de desconto para refletir alterações nas taxas de juros ou outras circunstâncias. A taxa de desconto utilizada no Contrato de Concessão nº 001/2016 é 12,58% a.a.

7 Imobilizado

O Ativo Imobilizado da Companhia é composto por bens administrativos e outros fora do alcance da CPC 47, e bens do ativo imobilizado em curso.

A Companhia após análise detalhada, e considerando que o imobilizado é composto apenas por máquinas, equipamentos e móveis da sede administrativa no valor líquido em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 217 mil, adota para fins contábeis societários as taxas regulatórias, assim sendo o custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, revisado pela Resolução Normativa ANEEL nº. 674, de 11 de agosto de 2015. Os saldos do imobilizado em 31 de dezembro de 2023 são compostos pelos seguintes valores:

	Taxa Depreciação	Valor Original Contábil	Depreciação Acumulada	Líquido 31/12/2023	Líquido 31/12/2022
Administração em serviço					
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 16,67%	226	(115)	111	81
Móveis e Utensílios	6,25%	150	(44)	106	106
Total do imobilizado		376	(159)	217	187

A movimentação do imobilizado está apresentada abaixo:

	ı axa Depreciação	Liquido 31/12/2022	Aquisições	Unitizações	Depreciações	Liquido 31/12/2023
Administração em serviço						
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 16,67%	81	-	50	(20)	111
Móveis e Utensílios	6,25%	106		9	(9)	106
		187		59	(29)	217
Administração em curso						
Máquinas e Equipamentos			59	(59)		0
			59	(59)		
Total do imobilizado		187	59		(29)	217

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

8 Fornecedores

Referem-se substancialmente, a valores devidos à fornecedores de materiais e serviços.

	31/12/2023	31/12/2022
Encargos de Uso da Rede Elétrica	117	55
Materiais e Serviços	1.336	532
	1.453	587

O aumento significativo das contas em 2023 se deve pelo reajuste do CUST feito pela Neoenergia, e pela última etapa da reforma da ponte rolante e pórtico, também houve novas contratações com serviço hidrológico para monitoramento do nível altimétrico e da vazão afluente da UHE Paranoá.

9 Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias

a) Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	99	89
FGTS	19	14
INSS	57	47
Tributos retidos na fonte	47	35
Outros	23	20
	245	205

b) Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	109	88
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	80	69
PIS	7	7
COFINS	31	32
INSS Pessoa Jurídica	27	6
IR/ CSRF	70	30
ISS	8	3
ICMS	-	11
	332	246

10 Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em ações trabalhistas na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Natureza	Reclamante	Probabilidade de		
		perda	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista	Ex prestador de serviço	Provável	122	146
Ambiental	Ministério Público do DF	Provável		1.200
			122	1.346

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ambiental: Trata-se da denúncia em face de CAESB, ADASA e CEB Geração S/A, pela suposta prática de crime ambiental imputado às Pessoas Jurídicas supramencionadas, onde segundo inquérito de apuração teriam concorrido decisivamente para massiva mortandade de peixes em zona ambiental de Área de Proteção Ambiental do rio São Bartolomeu, a jusante do barramento do Lago Paranoá. Em 30/06/2023 a sentença foi proferida e, em conclusão, não foi possível atribuir nenhuma forma de irregularidade à CEB GERAÇÃO S/A, pois ficou comprovado que seguiu todos os procedimentos e normas estabelecidos pela agência reguladora ADASA, e não há provas de que houve alguma contribuição para o incidente danoso descrito na denúncia feita pelo Ministério Público. Diante disso, a causa foi considerada remota.

A Companhia está envolvida em outros processos judiciais trabalhistas, cíveis e ambientais com risco de perda classificados como possíveis e remotos, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos em 31 de dezembro de 2023. Apresentados a seguir:

Natureza	Reclamante	Probabilidade de perda	31/12/2023	31/12/2022
Cível	Empresa terceirizada	Remota	147	-
Ambiental	Ministério Público do DF	Remota	1.200	-
Regulatória	União Federal	Possível	100	100
			1.447	100

11 Dividendos a pagar

Refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios oriundos do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

	Dividendo a pagar
Lucro Líquido do exercício 2023	2.352
Mínimo Obrigatório (25%) - Passivo	588

12 Encargos setoriais

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
FNDCT	8	8
MME	4	4
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (b)	2	2
Taxa de Fiscalização ANEEL (c)	4	4
Recursos Hídricos (c)	76	165
	94	183
Não Circulante		
P & D (a)	515	463
	515	463

(a) A Companhia, como Concessionária de Serviço Público por meio da Usina Hidrelétrica, é obrigada a aplicar o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional, após deduções, em

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, em conformidade com a Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

- (b) Em 31/03/2021 foi assinada a Lei 14.120, que visa destinar recursos disponíveis para investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), eficiência energética (EE) e recursos gerados no período entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025 ao fundo setorial da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em favor da modicidade tarifária. Quanto ao valor da CDE, passou a ser classificado na conta de P&D, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, versão 2022.
- (c) Referem-se aos valores devidos de Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos CFURH, bem como a Taxa de Fiscalização TFSEE fixada através de despacho da ANEEL.

13 Partes relacionadas

	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
	Passivo	Despesa	Passivo	Despesa
Pessoal requisitado - CEB Holding (a)	89	(1.251)	95	(894)
Aluguel - CEB Holding (b)	-	(8)	24	(265)
Outros reembolsos - CEB Holding (c)	14_	(77)		(79)
	103	(1.336)	119	(1.238)

- (a) São decorrentes de pessoal requisitado da CEB Holding, a partir de 01 de julho de 2023, e da CEB Iluminação Pública e Serviços S/A CEB IPES, do período de 01 de março de 2021 a 30 de junho de 2023. O resultado de suas operações está de acordo com as condições normais e valoração de mercado.
- (b) Com a alienação da CEB Distribuição S.A. e a locação do imóvel sede daquela distribuidora com todas as suas instalações para o novo acionista, tornou-se necessária a mudança do Grupo CEB para uma nova sede. Com isso, o valor refere-se a despesa com ressarcimento para a CEB Holding de área ocupada pela companhia em salas comerciais.
- (c) São decorrentes de pagamentos de serviços de limpeza, vigilância e energia elétrica, conforme critérios de rateios de despesas compartilhadas pelo grupo na nova sede.

14 Tributos diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda diferido	1.290	916
Contribuição social diferida	517	379
PIS diferido	95	88
COFINS diferida	440	405
	2.342	1.788

- (a) apropriação de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os rendimentos financeiros do período, menos os rendimentos financeiros resgatados das aplicações de renda fixa, a serem tributados conforme sua efetiva realização, prevista na IN 1.700/2017; e
- (b) principalmente aos tributos diferidos incidentes sobre o ativo de contrato.

15 Patrimônio líquido

a) Capital social

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

O capital social subscrito da Companhia está dividido em 7.575.212 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da Companhia Energética de Brasília - CEB.

b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A constituição da reserva legal atingiu o limite de 20% do capital social, segundo o art.193 da Lei 6.404/76.

(ii) Reserva de investimento

A 18ª Assembleia Geral Ordinária aprovou a criação de Reserva de Investimento para atendimento as demandas advindas do Governo e órgãos reguladores nas atividades de prevenção e segurança da Barragem do Paranoá, conforme previsto nas Leis nº 12.334/2010, 14.066/2020 e no Plano de Manutenção e Operação da Usina Hidrelétrica Paranoá.

Considerando o estado atual dos equipamentos e estruturas da Usina Hidrelétrica Paranoá, que datam do início da década de 1960 e, portanto, já se encontram em estado de elevada depreciação, vida útil comprometida, obsolescência tecnológica e risco operacional, bem assim a responsabilidade decorrente da Prorrogação da Concessão, em termos de obrigatoriedade de investimentos. Estes investimentos, estimados em R\$ 34 milhões, foram previstos no Plano de Negócios 2024/2028, que foi aprovado pela Assembleia Geral em 28 de dezembro de 2023, para serem executados a partir de 2024.

Não se pode olvidar da responsabilidade da CEB Geração S/A, seus Administradores e Controladores, com a manutenção e segurança da Barragem Paranoá e da sua Usina Hidrelétrica, sendo que foram realizados no exercício de 2022 despesas com estudo hidrológico para previsão de abertura das comportas e gestão da cota do Lago Paranoá; manutenção no Sistema de Notificação em Massa; reformas no vertedouro, tomada d'água e chaminé de equilíbrio, bem assim a realização da Revisão Periódica de Segurança, conforme previsto na Lei nº 14.066/20, na Resolução 696/15-ANEEL e no Plano de Segurança da Barragem. No exercício de 2023, foram concluídas as reformas do pórtico e da ponte rolante, assim como iniciada a execução do projeto de modernização.

Nesse cenário, também considerando que se vislumbra a possibilidade de aporte de capital por parte da Controladora, torna-se extremamente importante a reversão das reservas acumuladas, tendo em vista que o valor é superior ao permitido pelo Capital Social, a fim de viabilizar a capacidade de investimentos necessária para fazer face às responsabilidades advindas do Plano de Negócios aprovado pela Companhia, e do Contrato de Concessão. A proposta para reversão das reservas e aumento do Capital Social será discutido na Assembleia Geral Ordinária.

16 Receita líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operações com energia elétrica		
Serviço de Construção ou de Melhoria	2.957	3.148
Receita Financeira do Contrato	1.496	1.280
Serviços de Operação e Manutenção	8.969	8.691
Energia de curto prazo	15	4
	13.437	13.123
(-) Tributos sobre a Receita		
PIS	(85)	(89)
PIS diferido	(2)	(3)
COFINS	(392)	(412)
COFINS diferida	(11)	(13)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	(490)	(517)
(-) Encargos do consumidor (a) P&D CMPFRH Taxa de Fiscalização	(121) (413) (45)	(126) (423) (43)
	(579)	(592)
	12.368	12.014

(a) Referem-se aos recursos destinados à Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, à Compensação financeira pela utilização do manancial de recursos hídricos da região (encargo cobrado pela ANEEL de todos os concessionários, permissionários e autorizados do serviço de energia elétrica) e à Taxa de Fiscalização da ANEEL que é fixada através de despacho e que se constitui uma das receitas daquela Agência. Os encargos foram registrados como deduções das vendas, conforme dispõe o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

17 Custos e despesas operacionais

	Custos operacionais 31/12/2023	Custos operacionais 31/12/2022
Custo de Construção	(2.457)	(2.616)
Custos operacionais	(1.007)	(615)
Material	(113)	(96)
Serviços de Terceiros (a)	(3.998)	(3.125)
Tributos	(47)	-
Provisão para Contingências	1.215	(130)
Depreciação	-	(16)
Gastos Diversos	(49)	(49)
	(6.456)	(6.647)

(a) Serviços de terceiros: Os maiores contratos da Companhia referem-se à manutenção e operação das instalações da Usina Hidrelétrica Paranoá (R\$ 2.116), conservação e limpeza da Usina Hidrelétrica Paranoá (R\$ 445) e os demais valores estão pulverizados.

Custos operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Custo de Construção	(2.457)	(2.616)
Energia elétrica comprada	(12)	(21)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição (a)	(986)	(585)
Contribuições de Agente	(9)	(9)
	(3.464)	(3.231)

(a) Por ser assegurado à CEB Geração S/A o acesso de suas instalações ao Sistema de Distribuição, de acordo com o art. 15, § 6º da Lei nº 9.074/95, a Companhia está firmando contrato com a Neoenergia para o uso da sua rede elétrica.

Despesas operacionais

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Despesas operacionais 31/12/2023	Despesas operacionais 31/12/2022
Pessoal (a)	(1.561)	(1.091)
Administradores (b)	(1.762)	(1.457)
Material	(21)	(73)
Serviços de Terceiros	(2.799)	(2.100)
Seguros	(15)	(12)
Tributos	(39)	(34)
Depreciação	(29)	(11)
Gastos Diversos	(119)	(396)
(-) Recuperação de Despesas	77	71
	(6.268)	(5.103)

- (a) Pessoal: Representam os custos com pessoal próprio (remuneração, encargos e benefícios), pessoal requisitado da CEB Holding e CEB IPES até 30/06/2023.
- (b) Administradores: Representam os custos com honorários e encargos da Diretoria e Conselho Fiscal, aprovados na 21ª Assembleia Geral Ordinária realizada em 25/04/2022.

18 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras		
Receita com aplicações financeiras	3.460	3.106
Descontos Financeiros Obtidos	17	12
Atualização - Mercado de Curto Prazo	50	53
	3.527	3.171
Despesas Financeiras		
Atualização Monetária	(16)	(51)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
	(17)	(52)
	3.510	3.119

19 Imposto de renda e Contribuição social

A Companhia adota o regime de tributação pelo Lucro Presumido. Os valores apurados estão demonstrados nos quadros abaixo:

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas de suprimento de Energia	(13.144)	(13.144)	(13.636)	(13.636)
Presunção (%)	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	(1.052)	(1.577)	(1.091)	(1.636)
Outras receitas	(117)	(117)	(22)	(22)
Rendimentos financeiros tributados	(2.057)	(2.057)	(955)	(955)
Base de cálculo	(3.226)	(3.751)	(2.068)	(2.613)
Alíquota aplicável	15%	9%	15%	9%
Imposto de renda (15%)	(484)	-	(310)	-
Adicional do imposto de renda (10%)	(299)	-	(183)	-
Contribuição social sobre o lucro líquido (9%)		(338)	<u> </u>	(235)
Total dos tributos correntes	(782)	(338)	(493)	(235)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2	023	31/12/2	022
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Construção (a)	(2.957)	(2.957)	(3.148)	(3.148)
Receita Financeira (a)	(1.496)	(1.496)	(1.280)	(1.280)
Receita RTA/RTP (a)	(823)	(823)	(2.263)	(2.263)
Amortização (a)	4.088	4.088	4.002	4.002
Receita não faturada	(1.073)	(1.073)	(112)	(112)
	(2.261)	(2.261)	(2.801)	(2.801)
Presunção (%)	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	(181)	(271)	(224)	(336)
Rendimentos financeiros não resgatado (b)	(1.402)	(1.402)	(2.198)	(2.198)
Base de cálculo	(1.583)	(1.673)	(2.422)	(2.534)
Alíquota aplicável	15%	9%	15%	9%
Imposto de renda (15%)	(237)	-	(364)	-
Adicional do imposto de renda (10%)	(136)	-	(240)	-
Contribuição social sobre o lucro líquido (9%)	<u> </u>	(139)	<u> </u>	(228)
Total dos tributos diferidos	(373)	(139)	(605)	(228)

- (a) Refere-se a tributos diferidos incidentes sobre o ativo de contrato.
- (b) Considera-se para apuração do imposto, o rendimento dos valores resgatados das aplicações financeiras, IN 1.700/2017, (Art. 216. Os rendimentos auferidos em aplicações de renda fixa e os ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda variável serão acrescidos às bases de cálculo do lucro presumido e do resultado presumido no período de apuração da alienação, resgate ou cessão do título ou aplicação, não lhes sendo aplicável o regime de competência referido no § 9º do art. 215).

20 Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inerentes às respectivas atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2023, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

	31/12/2023		31/12	/2022
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Custo amortizado				
Caixa e bancos	5	5	1	1
Concessionárias e permissionárias	1.083	1.083	1.160	1.160
Outras contas a receber	1	1	78	78
Fornecedores	1.467	1.467	587	587
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	26.508	26.508	26.252	26.252

Avaliação dos riscos financeiros

A Companhia gerencia os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

<u>Risco de crédito</u> - O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Este risco está diretamente relacionado às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de Concessionárias e permissionárias, entre outros. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. O risco decorrente da Companhia apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento no regime de cotas, é considerado baixo. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A Companhia tem a política de manter suas aplicações financeira em banco de primeira linha com bons níveis de Rating.

<u>Risco de liquidez</u> - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros.

<u>Risco de mercado</u> - é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possuía riscos de mercado associados a dívida.

Avaliação dos riscos regulatórios

A CEB Geração S/A é uma Sociedade detentora de concessão de serviço público de geração de energia disponibilizada ao Sistema Nacional de Energia a partir de cotas de sua garantia física, com preços e condições regulados por legislação específica da ANEEL, na qualidade de agência regulatória do sistema de energia elétrica no Brasil. Por ser regulada, requer monitoramento constante às eventuais mudanças e ajustes na legislação vigente e normas regulamentadoras sendo fundamental que a Companhia ajuste suas estratégias de negócio em conformidade às mudanças regulatórias mantido o objetivo de otimizar os resultados econômicos e financeiros e crescimento dos negócios.

Avaliação dos riscos ambientais e hídricos

A geração de energia elétrica a partir de usinas hidrelétricas pode apresentar riscos ambientais significativos. Para minimizar esses riscos ambientais, as empresas de geração de energia elétrica seguem padrões ambientais rigorosos e implementam medidas de mitigação, monitoramento constante da qualidade e da vazão da água, quando necessário, medidas para minimizar a erosão e sedimentação. Ainda são cumpridas todas as exigências constantes na sua Licença Operacional e na Lei 14.066/20 que Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, dentre várias outras leis e normas do setor. Além disso, sempre estando em contato com as comunidades locais para garantir que seus interesses sejam atendidos e mitigar quaisquer impactos socioeconômicos negativos.

Uma usina hidrelétrica está sujeita a vários riscos hidrológicos, que podem afetar a produção de energia elétrica. O Lago Paranoá é um lago de uso múltiplo, no qual uma cota mínima diária é previamente determinada visando manter todas as utilizações desse e minimizar os conflitos de uso das águas. Assim, a falta de chuvas pode levar à diminuição do volume de água nos reservatórios, o que pode limitar a capacidade de geração de energia da usina.

Avaliação dos riscos de infraestrutura

Por se tratar de uma usina de 60 anos, os riscos de falhas são extremamente altos, estando presente em todos os equipamentos, levando a indisponibilidade da planta parcial ou totalmente.

Ainda, temos os riscos de incêndios, pois a UHE Paranoá está sitiada numa área de mata, e no período de seca esse risco aumenta. Ainda uma usina utiliza uma grande quantidade de equipamentos elétricos e materiais inflamáveis. Um incêndio pode danificar seriamente as instalações e interromper a produção de energia.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Além disso, a infraestrutura de uma usina hidrelétrica é altamente dependente de sistemas de tecnologia da informação, o que gera o risco de ataques cibernéticos. Um ataque cibernético pode comprometer esses sistemas e interromper a produção de energia.

Por último, destacamos que o funcionamento de uma usina hidrelétrica pode ser perigoso para os trabalhadores que realizam manutenção, operação e reparos nas instalações, pois são trabalhos que geram risco de acidentes de trabalho e podem causar lesões graves ou morte, por choque elétrico.

21 Aspectos ambientais (Não auditado)

A Companhia pautou sua conduta pela preservação do meio ambiente em respeito à legislação ambiental, cujas ações voltadas para a sustentabilidade são diversas e cada vez mais arraigadas ao negócio da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, dentre as ações voltadas à preservação do meio-ambiente destacam-se:

- a) Continuidade do programa de visitas educativas guiadas às instalações da Usina Hidrelétrica Paranoá. A usina recebe visitantes durante todo o ano, tendo como principais públicos as escolas públicas e privadas, as Universidades, além de órgãos públicos como a ANEEL e ANA.
- b) Continuidade da política de manutenção da cota do Lago Paranoá, conforme determinado pela ADASA. A gestão do reservatório permite o seu uso múltiplo, contribuindo com o paisagismo e a umidade da cidade, sendo utilizado para captação de água, turismo, diluição de efluentes da ETE's, lazer e produção de energia elétrica, além de regular as cheias a jusante da barragem.
- c) Ações de divulgação dos aspectos ambientais e da operação da usina, durante as frequentes entrevistas para órgãos da imprensa escrita e televisionada.
- d) Cumprimento das condicionantes constantes da Licença de Operação N° 011/2015, emitida pelo IBRAM em 25/03/2015.
- e) A Companhia em 2022, adotou uma série de ações e providências para evitar e combater incêndios florestais, relacionadas tanto à limpeza das áreas e aquisição de equipamentos, quanto com o treinamento de colaboradores, em parceria com o Corpo de Bombeiros do DF.

Licenças	Número	Emissão	Vigência
Licença Operacional	011/2015	25/03/2015	10 anos

22 Seguros da Companhia

A Companhia adota uma política preventiva com relação à contratação de seguros, procurando colocar os ativos da Usina devidamente assegurados, dentro da matriz de risco do grupo CEB. Contudo por se tratar de uma barragem do final da década de 50 e uma usina do início da década de 60, quase totalmente depreciada do ponto de vista contábil, mas em boas condições operacionais, não tem encontrado no mercado de seguradoras, empresa que se disponha a efetuar o seguro patrimonial, conforme se demonstra nos Processos SEI nº (00311-00000024/2020-16) e nº (00311-00000038/2022-00).

De mais a mais, sabendo da impossibilidade de contratação do seguro patrimonial, para usinas de elevada idade e depreciados equipamentos, o Poder concedente, desde 2020, não tem incluído cláusula de seguros, nos Contratos de Concessão e Prestação de Serviços, fato que não tem impedido

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

as tentativas da CEB Geração S/A de assegurar seus bens. Por esses motivos em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui cobertura de seguro para seus ativos.

23 Eventos Subsequentes

A CEB Geração S/A avaliou os eventos subsequentes até 29 de fevereiro de 2024, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela Diretoria.

Documento assinado digitalmente

PEDRO CARDOSO DE SANTANA FILHO

Data: 25/03/2024 10:26:28-0300

Verifique em https://validar.iti.gov.br

Pedro Cardoso de Santana Filho Diretor - Geral

Documento assinado digitalmente

RENATA ROSA RIBEIRO

Data: 14/03/2024 10:54:32-0300

Verifique em https://validar.iti.gov.br

Renata Rosa Ribeiro Contadora CRC 021789/O-6 Brasília (DF), 29 de fevereiro de 2024.

Documento assinado digitalmente

BRAS KLEYBER BORGES TEODORO
Data: 22/03/2024 14:59:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Brás Kleyber Borges Teodoro Diretor Administrativo - Financeiro

CAMILLA
JULIANA
GOSPHEMER (77004-61-122
DN. C-BR. O-LO-P-Break, U-J-1182802000157,
O-LO-ERTIFICADO DIGITAL, O-U-Secretaria, U-J-182802000157,
O-LO-ERTIFICADO DIGITAL, O-U-Secretaria, O-U-SECR

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



CEB GERAÇÃO S.A.

Conselho Fiscal da CEB Geração

Parecer SEI-GDF n.º 1/2024 - CEB-G/CF

CNPJ: 04.232.314/0001-70 NIRE: 53 3

0000642-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CEB Geração S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accouting Standards Board (IASB). Todas as peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Dessa forma, nos termos acima registrados, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, e manifesta-se favoravelmente no sentido de que as mesmas se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da CEB Geração S.A., programada para 22 de abril de 2024, considerando a manifestação da Direção da CEB Geração S.A., bem como o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, emitido pela Mazars Auditores Independentes, em 29 de fevereiro de 2024. Ainda, a partir dos elementos constantes nas Demonstrações Financeiras e no Relatório da Administração, este Conselho Fiscal se manifesta favoravelmente à Proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2023, nos termos da Resolução de Diretoria nº 004, de 29.02.2024.



Documento assinado eletronicamente por **HORMINO DE ALMEIDA JUNIOR - Matr.50076**, **Conselheiro(a) Fiscal**, em 11/03/2024, às 15:10, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE EDUARDO BARRETO BRASIL - Matr.00050077**, **Conselheiro(a) Fiscal**, em 11/03/2024, às 15:30, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO EMIGDIO DA COSTA E SILVA - Matr.50073**, **Conselheiro(a) Fiscal**, em 11/03/2024, às 21:25, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 verificador= **135460598** código CRC= **BEAOC7CA**. 3774-1102

00311-00000081/2023-48 Doc. SEI/GDF 135460598